

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: A LEGISLAÇÃO E OS PRESSUPOSTOS DE JOHN DEWEY E PAULO FREIRE

Claudia Tavares do Amaral¹
Gesilane Alves de Oliveira²

RESUMO

As mudanças implementadas no Brasil, relacionadas à Educação Inclusiva e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), passou a exigir que o professor de AEE trabalhe com todas as categorias do público-alvo da Educação Especial (PAEE). Assim, diante dessas exigências, esse artigo tem como objetivo refletir sobre a formação desses profissionais para atuar neste serviço. Para tal reflexão será realizada uma revisão de literatura com base nos pressupostos de John Dewey e Paulo Freire. Optou-se por esse recorte teórico porque mesmo os dois autores tendo vivido em contextos distintos, ambos compartilhavam da ideia de educação como prática que deve incluir todos os alunos independente das condições biológicas, psíquicas, sociais, econômicas ou culturais, garantindo sua humanização e sua emancipação individual e de forma igualitária, democrática e abrangente. Apesar da legislação brasileira e dos cursos de formação de professores ainda não terem uma política muito clara quanto a preparação dos professores de AEE, é preciso pensar a formação desses profissionais, que são um dos elementos mais importantes na inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, numa perspectiva inclusiva e transformadora da realidade desses que há tanto tempo vivem em situação de segregação e exclusão.

Palavras-chave: Formação; Inclusão; Professor de AEE.

THE TRAINING OF SPECIALIZED EDUCATIONAL CARE TEACHERS: LEGISLATION AND THE ASSUMPTIONS OF JOHN DEWEY AND PAULO FREIRE

ABSTRACT

The changes implemented in Brazil, related to Inclusive Education and Specialized Educational Assistance (SEA), now require the SEA teacher to work with all categories of the target audience of Special Education (PAEE). Given these requirements, this article aims to reflect on the training of these professionals to work in this service. To this end, a literature review will be carried out based on the assumptions of John Dewey and Paulo Freire. This theoretical approach was chosen because even though the two authors lived in different contexts, they both shared the idea of education as a practice that should include all students regardless of their biological, psychological, social, economic or cultural conditions, guaranteeing their humanization and individual emancipation in an equal, democratic and comprehensive way. Although Brazilian legislation and teacher training courses do not yet have a very clear policy on the preparation of ESA teachers, it is necessary to think about the training of these professionals, who are one of the most important elements in the inclusion of students with special educational needs, from an inclusive perspective and transforming the reality of those who have lived in a situation of segregation and exclusion for so long.

Keywords: Training; Inclusion; ESL teacher.

Recebido em 15 de fevereiro de 2025. Aprovado em 12 de março de 2025

¹ Graduação em Pedagogia e Mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), Doutorado em Educação pela Universidade de Lisboa, com reconhecimento no Brasil pela USP. É Professora do Magistério Superior na Universidade Federal de Catalão no Curso de Pedagogia e docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDUC) integrando a Linha de Pesquisa Práticas Educativas, Formação de Professores e Inclusão. Responde pela Coordenação do Curso de Pedagogia de 2017 até o momento atual, é Líder do Grupo de Pesquisa Centro de Estudos e Pesquisas em Educação (CIEED). É editora-chefe da Revista Poiesis Pedagógica. Seus estudos e pesquisas têm ênfase em: práticas educativas, inclusão social na educação, gestão educacional e políticas educacionais. claudiatamaral@gmail.com

² claudiatamaral@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo realizar uma reflexão sobre a formação dos professores de Atendimento Educacional Especializado para a atuação na Educação Especial numa perspectiva inclusiva, tendo como base o que está previsto na legislação brasileira, bem como, os pressupostos de John Dewey e Paulo Freire a respeito do papel da escola e da educação no processo de desenvolvimento do homem e da sociedade.

Para tecer as reflexões de forma mais significativa, primeiramente será realizado um apanhado do que está previsto em algumas Diretrizes e Decretos que regulamentam o serviço de AEE na educação brasileira e uma breve contextualização dos autores escolhidos como aporte teórico. Em seguida, se buscará discutir como as ideias desses autores podem servir como pilares para pensar a formação desses profissionais para o trabalho com os estudantes com necessidades educacionais específicas.

Trata-se, portanto, de um artigo de reflexão teórica, de abordagem qualitativa, fundamentado nas considerações desses autores sobre os fins e objetivos da educação, buscando, por meio da leitura de suas obras, relacionar os seus pressupostos de educação para a libertação com a formação de professores para a atuação no AEE enquanto possibilidades de visibilizar as necessidades dos estudantes público – alvo da Educação Especial e os seus processos de apropriação do conhecimento.

Espera-se que esse artigo possa contribuir para ajudar a clarear as concepções sobre os processos formativos desses profissionais, tendo a preocupação em oferecer a eles as bases teóricas e epistemológicas que sustentem uma prática pedagógica reflexiva e que sirvam como subsídio para uma educação libertadora, que contribua para a construção da autonomia e da igualdade de oportunidades por meio da Educação Especial e do Atendimento Educacional Especializado.

Disposições legais sobre o Atendimento Educacional Especializado e sobre a função dos professores que atuam nessa função

No Brasil as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na Educação Básica, atualmente são regulamentadas pelo Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 em substituição ao Decreto nº 6.571/08. De acordo com esse documento o AEE é compreendido como o conjunto de atividades, recursos pedagógicos de acessibilidade organizados institucional e continuamente, com o objetivo de prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes, além de garantir também a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem e assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino dos alunos público -alvo da Educação Especial, que é constituído por:

- a) Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. São eles: Deficiência física, Deficiência visual, Deficiência auditiva; Deficiência intelectual e Deficiências Múltiplas.
- b) Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, Síndrome de Rett,

transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

- c) Alunos com altas habilidades ou superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade.(Brasil, 2011).

Ainda de acordo com o referido Decreto, o serviço de AEE poderá ser prestado de forma complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais ou suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação. (Brasil, 2011)

Esse Decreto não faz nenhuma menção específica quanto a formação necessária para atuar como professor de AEE. Apenas prevê em seu Art. 5º, § 2º, inciso III, a oferta de formação continuada de professores, inclusive para o desenvolvimento da educação bilíngue para estudantes surdos ou com deficiência auditiva e do ensino do Braille para estudantes cegos ou com baixa visão. De acordo com o Art. 22 da LDB 9.394/96 a formação docente de qualquer nível ou modalidade deve considerar como meta que a Educação Básica desenvolva o educando, assegurando-lhe formação comum indispensável para o exercício da cidadania e forneça-lhe meios para progredir no trabalho e em seus estudos posteriores. Em seu Art. 61 essa mesma Lei estabelece que a formação de profissionais da educação deve atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando. A Resolução CNE /CEB nº 2, de setembro de 2001, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, em seu Art. 18, § 3º, incisos I e II, estabelece que os professores especializados em educação especial, deverão ter formação em licenciatura de Educação Especial ou realizar complementação de estudos ou pós-graduação em área específica da educação inclusiva. Em seu § 4º estabelece que aos professores que já estão exercendo o magistério devem ser oferecidas oportunidades de formação continuada, inclusive em nível de especialização, pelas instâncias educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Estes deverão ter as competências necessárias para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, bem como, trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.(Brasil, 2001).

O professor especialista que realiza o AEE, além do trabalho realizado diretamente com os alunos, atendendo-os de forma individual ou agrupados de acordo com suas necessidades por 4 horas semanais cada, precisa identificar as necessidades do aluno com deficiência, elaborar planos de ação, produzir materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, acompanhar de perto o uso dos materiais, orientar os professores do ensino regular e a comunidade acadêmica ou escolar, promover encontros com pais e/ou responsáveis, incentivar estratégias de flexibilização do currículo considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial e fazer a ponte entre os professores regentes, os professores de apoio e entre esses e os alunos para garantir a troca de experiências, a realização de atividades, trabalhos e, de maneira mais geral, o cumprimento das necessidades pedagógicas envolvidas no processo de ensino-aprendizagem.

Pelo exposto percebe-se que é um ofício com uma série de atribuições, que suscita o seguinte questionamento: Como deve ser a formação de professores para atuar no Atendimento Educacional Especializado diante dessa multiplicidade de funções e da vasta gama de alunos com necessidades educacionais tão heterogêneas?

Para subsidiar tais reflexões será usado como metodologia a leitura das obras de John Dewey e Paulo Freire, buscando fazer uma aproximação dos pressupostos desses autores sobre educação, sociedade e democracia à formação do professor de AEE na perspectiva da inclusão escolar de estudantes apoiados pela Educação Especial e das exigências da sociedade moderna. Antes, será traçado um breve relato da biografia desses autores, a fim de que seja possível conhecer um pouco sobre eles e sobre as suas motivações em defesa de uma modelo educacional que trouxe um novo modo de pensar a escola e os processos de ensino.

Um pouco de John Dewey e Paulo Freire

John Dewey, foi um filósofo e psicólogo que nasceu no estado de Vermont, nos Estados Unidos da América, no ano de 1859. Viveu entre o final do século XIX e início do Século XX, momento histórico no qual aconteceram a Revolução Industrial e a construção da democracia norte americana, fatos que mudaram drasticamente a vida das pessoas ao provocarem mudança nas relações de trabalho, alterações no modo de vida e padrões de consumo da sociedade, na relação entre o homem e a natureza, bem como, avanços em diversos campos do conhecimento. (Dewey, 1959).

Durante seus estudos foi influenciado Thomas Henry Huxley, Auguste Comte, Georg Wilhelm e Friedrich Hegel. Inspirado no pragmatismo do filósofo William James e de sua permanente preocupação com a pedagogia, fundou na Universidade de Chicago, uma escola laboratório para experimentar suas ideias sobre a relação da vida com a sociedade, dos meios com os fins e da teoria com a prática, chegando à conclusão de que não é possível manter um dualismo entre o homem e o mundo, o espírito e a natureza, a ciência e a moral. Buscou, então, uma lógica e um instrumento de pesquisa que pudessem ser aplicados igualmente a ambos os aspectos e desenvolveu a teoria a que deu o nome de instrumentalismo. Para essa corrente de pensamento, as ideias só têm importância quando servem como instrumento para a resolução de problemas reais. No âmbito específico da pedagogia, a teoria de Dewey se inscreve na chamada educação progressiva, que defendia a educação da criança como um todo. O que importa é o crescimento - físico, emocional e intelectual.

Essa teoria postulava que os alunos aprendem melhor realizando tarefas associadas aos conteúdos ensinados. Com isso, as crianças passaram a ser estimuladas a experimentar e pensar por si mesmas, a partir do aprendizado teórico e das atividades práticas. Além da relação teoria e prática, outro ponto-chave da teoria de Dewey é a crença de que o conhecimento é construído de opiniões em comum, construídas a partir de discussões coletivas. A educação, na visão de Dewey, é um processo constante de reconstrução da experiência, dando-lhe cada vez mais sentido e capacitando as novas gerações para responder aos desafios da sociedade. Educar, nesse sentido, vai além de reproduzir conhecimentos. Passa pelo incentivo do desejo de desenvolvimento contínuo, pelo preparo das pessoas para transformar algo a partir do que elas aprenderam.

Para ele, é por meio da experiência que a criança realmente aprende. Por esta razão, deve ser incentivada a descobrir as coisas por si próprias, através de suas próprias experiências. Destaca-se, porém, que os conceitos de experiência por ele desenvolvidos não tem a ver com a mera simulação de experimentações simuladas, mas sim com o entrelaçamento destas ao sentido da vida no âmbito da escola e da sociedade. Assim é possível perceber o desejo do autor de tornar a escola um ambiente mais democrático.

Suas ideias demonstravam preocupações com o formato do currículo escolar, com o modo como a escola se organiza e desenvolve as ações educativas e com a aplicação científica do conhecimento escolar. Defendeu uma concepção de escola e educação aplicável a uma sociedade democrática e uma aprendizagem mais ativa e participativa por não acreditar na escola tradicional na qual o aluno recebia o conhecimento de forma passiva. (Dewey, 1959).

Dewey foi um dos precursores da Escola Nova, proposta que ganhou expressividade no início do século XX ao questionar as imposições curriculares e a didática da Escola Tradicional e ao se posicionar de forma contrária aos castigos escolares e as punições. Para ele essas práticas não se sustentavam em princípios científicos e democráticos da educação e, por isso, propôs a pesquisa e a atividade livre dos educandos, a reflexão e a participação ativa dos estudantes deslocando, portanto, a centralidade dos processos educativos da figura do professor para os alunos. (Dewey, 1959).

Algumas de suas principais obras foram: *Democracia e Educação*; *Escola e Sociedade* e *Experiência e Educação*. No Brasil teve como principais seguidores os educadores Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando Azevedo. Faleceu em 1952, aos 92 anos na cidade de New York.

As ideias de John Dewey têm muita pertinência no seu tempo e para além dele. Se constituem em um importante estofo teórico para se pensar a práxis educativa em diversas modalidades e etapas de escolarização na perspectiva da cidadania e do cidadão participante na escola e na sociedade. A compilação de suas ideias, servem como pilares para se refletir sobre o processo formativo dos professores em geral e também dos professores de AEE enquanto agentes elementares nos processos educativos dos alunos com necessidades educacionais específicas, uma vez que a partir de uma perspectiva filosófica, traz contribuições quando fortalece os ideais democráticos e os conceitos de participação, pertencimento e trabalho colaborativo, alinhando-se a alguns dos princípios que sustentam a educação inclusiva.

Para esse autor, é necessário romper com as ideias tradicionais de educação e transformar a escola em um espaço de libertação, pois quando o indivíduo é submetido a um sistema autoritário, a sociedade perde a sua democracia. De acordo com ele “uma democracia é mais do que uma forma do governo; é, principalmente, uma forma de vida associada, de experiência conjunta e mutuamente comunicada.” (Dewey, 1959, p.93).

O pensamento de John Dewey teve grande influência no movimento de renovação da educação no Brasil, na década de 1930, conhecido como Escola Nova. Essa influência ocorreu sobretudo por intermédio de Anísio Teixeira, que foi seu discípulo na Universidade de Colúmbia em 1929 e que trouxe suas ideias para o Brasil, apresentando-as inclusive a Paulo Freire.

Paulo Freire foi um grande escritor, filósofo e educador brasileiro que nasceu no ano de 1921, no estado do Pernambuco. Vivenciou o período do Regime Militar, ficando inclusive exilado. (Freire, 1981).

Foi o criador de um revolucionário método de alfabetização de adultos. Ao perceber um grande número de adultos analfabetos na área rural dos estados nordestinos - que se configuravam num grupo de excluídos - desenvolveu um método de alfabetização baseado no vocabulário do cotidiano e da realidade deles, através do qual as palavras eram discutidas e colocadas no contexto social. Por exemplo: o agricultor aprendia as palavras como enxada, labuta, terra, comida, colheita, seca, que faziam parte do seu dia a dia e que tinham para eles significado, mas também eram levados a pensar nas questões sociais relacionadas ao seu trabalho, tirando-os da situação de alienação. A partir das palavras base é que se ia descobrindo novos termos, ampliando o vocabulário e as formas de enxergar a realidade. Esse método trouxe a ideia da educação como instrumento de conscientização. Ou seja, unia a alfabetização ao despertar da consciência de classe, o aprendizado da leitura à formação cidadã e política, para que o educando tenha condições de entender as situações de opressão que ocorrem na sociedade e consiga agir em favor da própria libertação. (Freire, 1981).

Freire considerava o ensino tradicional como educação bancária, pelo fato de o aluno receber o conhecimento de forma passiva e o professor apenas fazer a transmissão do conhecimento sem levar o aluno à participação e à reflexão na construção do saber e por isso defendia uma educação que transformasse o indivíduo em um ser pensante, crítico e capaz de

enxergar a realidade para além da lógica da dominação comum no sistema capitalista. (Freire, 1981).

Algumas de suas principais obras foram: Educação como Prática da Liberdade, Pedagogia da Autonomia e Pedagogia do Oprimido. Por ter desenvolvido seu método de alfabetização de jovens e adultos e por pregar a educação da libertação, recebeu vários prêmios e deixou um grande legado para a educação brasileira. Faleceu em 1997, devido a complicações em uma operação de desobstrução de artérias.

Ao chamar a atenção para os processos de exclusão que acontecem na sociedade e nos processos educativos e para a importância de se desenvolver um processo educacional que contemple a diversidade e os princípios da Educação Inclusiva, esse autor também traz importantes colaborações para se pensar a formação de professores no sentido de capacitá-los para um fazer pedagógico que priorize a individualidade de cada sujeito. (Freire, 2007).

Tanto para Dewey como para Freire, a democracia se relaciona com a forma de organizar a sociedade numa perspectiva emancipatória e libertadora. “Falar, por exemplo, em democracia e silenciar o povo é uma farsa. Falar em humanização e negar os homens é uma mentira.” (Freire, 1981, p. 96).

Pensando a formação dos professores de Atendimento Educacional Especializado a partir dos pressupostos de John Dewey e Paulo Freire sobre os papéis da educação e da escola.

A formação de professores para a Educação Especial tem sido apontada como uma necessidade para a efetivação da inclusão escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Pesquisas apontam um crescente aumento do número de matrículas desse público nas escolas de ensino regular. Segundo o Censo Escolar de 2020 o número de matrículas da educação especial chegou a 1,3 milhão em 2020, um aumento de 34,7% em relação a 2016. Considerando apenas os alunos de 4 a 17 anos da educação especial, verifica-se que o percentual de matrículas de discentes incluídos em classe comum também vem aumentando gradativamente, passando de 89,5%, em 2016, para 93,3%, em 2020.

Tal cenário mostra que os alunos da Educação Especial, têm ocupado os seus espaços nas escolas, o que representa um ponto positivo no processo de inclusão, mas para que além de acesso, esses estudantes tenham uma permanência de qualidade, é preciso se pensar também nos recursos materiais e humanos necessários. Sobre o aspecto humano, a formação dos professores e, em especial do professor de AEE é um fator preponderante. Não que o professor sozinho dê conta de todas as mazelas da educação e de todas as nuances que envolvem a inclusão, mas este profissional é, sem dúvida, quem trabalhará de forma mais direta com esses estudantes, mediando o processo de ensino-aprendizagem, fazendo uso dos recursos didáticos, colocando em prática as metodologias e procedimentos de ensino e subsidiando o desenvolvimento desses alunos.

Nesse sentido, é preciso que em sua formação esses profissionais tenham contato com teorias que os levem a superar a visão simplista e limitada de que os alunos com deficiência não aprendem e de que os superdotados sempre são bons em todas as disciplinas e não precisam de auxílio para se desenvolver. Que a esse público basta um currículo mais enxuto e uma prática pedagógica voltada à socialização ou à realização de atividades simplórias, descontextualizadas e resumidas à memorização, jogos, pinturas, desenhos, reconhecimento de números e letras do alfabeto.

Dewey, defende que a escola deve ter um caráter democratizador e deve buscar igualar as oportunidades e estender os mesmos direitos a todos os indivíduos. Mesmo vivendo em um tempo e em um contexto diferentes do qual estamos inseridos, já se contrapunha a esse modelo

de escola tradicional, bancário e direcionado apenas a uma parcela dos estudantes. A Pedagogia defendida por ele pretendia proporcionar às crianças experiências próprias de pensamento e de problematização, aproximando os conceitos escolares de seus cotidianos e contribuindo para que criem o hábito de buscarem soluções às questões que os inquietam dentro e fora da escola. Ou seja, o objetivo da escola deveria ser ensinar a criança a viver no mundo. Nesta perspectiva, a escola ideal na percepção do autor é, aquela que tem como centro o aluno e suas vivências. Para ele,

a mente não está realmente liberta, ainda que não se criem as condições que fazem necessário que a criança participe ativamente da análise pessoal de seus próprios problemas e dos métodos para resolvê-los ao preço de ensaios e erros (Dewey, 1903, p. 237).

Como não existe um único saber e uma única forma de aprender faz -se necessário que nos processos de escolarização dos alunos com necessidades educacionais específicas, se busque a articulação dos recursos humanos e materiais disponíveis na escola e diferentes formas de experienciar a busca pelo saber, para que a educação na perspectiva inclusiva, cumpra de fato a sua função de incluir esses estudantes nos espaços escolares e nas práticas pedagógicas diárias.

[...] O princípio de que o desenvolvimento da experiência se faz por interação do indivíduo com pessoas e coisas significa que a educação é, essencialmente, um processo social. [...] como membro mais amadurecido do grupo cabe-lhe [ao professor] a responsabilidade especial de conduzir as interações e intercomunicações que constituem a própria vida do grupo, como comunidade. (Dewey, 1971, p. 54-55).

A formação do professor precisa ser um processo de constante aperfeiçoamento para contribuir na educação do aluno. Desvelar a autonomia do educando exige saberes necessários, os quais Paulo Freire, (1996), destaca:

- Rigoriedade metódica – Se configura no dever do professor de, na sua prática docente, reforçar no educando, sua curiosidade, sua insubmissão a realidade posta e estimular a sua visão crítica diante da aproximação do objeto do conhecimento. E esta rigoriedade metódica não tem nada que ver com a educação bancária na qual o aluno apenas recebe o conhecimento pronto e acabado. Pelo contrário, tem a ver com o papel ativo dos educandos na construção e na reconstrução do saber ensinado. Nesse sentido, no processo de ensinar ou de mediar o processo educativo, o professor deve ter claro o que ele pretende ensinar, como pretende ensinar, onde pretende chegar, em quais bases teóricas e metodológicas vão fundamentar a sua prática. E o aluno, no ato de aprender deve saber o que vai aprender, de que forma vai aprender, porque vai aprender e para o que serve aquele aprendizado. É uma rigoriedade metódica que deve estar presente tanto no ato de ensinar como no ato de aprender. (Freire, 1996).

- Pesquisa – Para Freire não há “ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”. Ambos estão imbricados na busca pelo conhecimento. Para ele, faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa. O que se precisa é que, em sua formação permanente, o professor se perceba e se assuma, porque professor, como pesquisador (FREIRE, 1996, p. 16)

- Respeito ao conhecimento, à cultura e à autonomia do aluno – Significa oportunizar que o estudante se reconheça como sujeito singular e pertencente a um coletivo cultural e social. Significa promover associações e aproximações entre o saber construído culturalmente e o saber científico, sem deixar que um currículo oficial, muitas vezes, vazio de sentido e significado, a-crítico, a-histórico, a-político, a-cultural seja usado para homogeneizar visões, formas de pensamento e de ser e de pertencer ao mundo. Significa dar condições para que, o aluno tenha autonomia para pensar, criar, recriar, imaginar, sentir, buscar, indagar, pesquisar...

- Criticidade - Como somos seres históricos, nossa curiosidade diante da vida, do mundo, da natureza e dos objetos passa por processos de construção e reconstrução. Nesse sentido,

segundo Freire (1996), uma das tarefas fundamentais da prática educativa - progressista é o desenvolvimento da capacidade de enxergar além da ingenuidade, do senso comum.

- Ética – Para Freire, o ensino dos conteúdos não pode se dar de forma afastada da formação moral do educando. Nesse sentido ele afirma que “o ato de educar é sempre um ato ético”. O professor está sempre diante de decisões éticas, desde a escolha dos conteúdos, dos métodos utilizados, da forma de se relacionar com os alunos. Para ele, “Educar é substantivamente formar”. Formar não apenas do ponto de vista intelectual, mas do ponto de vista ético, na cultura, na sociedade, na política, na religião e em todas as instâncias da vida humana. Freire critica fortemente a ética que considera apenas os próprios interesses, que levam ao individualismo e que vai na contramão da ética universal, da humanização e dos interesses e bens coletivos. Nessa perspectiva, só podemos nos assumir como sujeitos da procura, da decisão, da ruptura, da opção, da transformação se nos assumirmos como sujeitos éticos.

- Aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação- Segundo Freire é preciso negar as práticas carregadas de preconceitos de raça, credo, classe e gênero, uma vez que essas “ofendem a substantividade do ser humano e negam radicalmente a democracia”. Aceitar o novo pressupõe para ele, o enriquecimento de conceitos já estabelecidos e também a introdução de novos modos de conhecer e de se relacionar com os objetos de conhecimento e com a realidade. Significa renovar sem recusar o velho, buscando o progresso a partir do que já foi construído. Isso serve para o campo das ideias, das teorias, das metodologias, dos processos de ensino e aprendizagem, das formas de perceber o mundo, entre outros. (Freire, 1996).

- Consciência do inacabado - As ideias pedagógicas de Freire fundamentam-se no fato de que o ser humano e o conhecimento são inconclusos e estão em constante transformação. Assim o professor deve pensar e ensinar o aluno a pensar sobre o que falta, intervindo na realidade para construir o que ainda não há.

- Reflexão crítica sobre a prática - Para Freire, o pensamento crítico sobre a prática envolve o movimento dinâmico e dialético entre o “fazer” e o “pensar sobre o próprio fazer”. Assim, a reflexão crítica deve estar fundamentada em bases teóricas, filosóficas e epistemológicas que permitam a transformação daquilo que não está bom, que não é eficiente, que não contribui para os processos de ensinar e aprender. Fazendo o entrelaçamento dessas percepções entre teoria e prática como integrante do processo de reflexão da ação docente, o professor pode se mover em direção a reconstrução dos saberes e minimizar a distância entre teoria e prática. (Freire, 1996).

- Convicção de que a mudança é possível – Essa convicção deve ser o combustível do professor, a razão de ser docente e do trabalho docente. Ao promover a aquisição do conhecimento o educador instrumentaliza o educando condições de pensar, chegar a conclusões, questionar, buscar soluções, respostas, criar, transformar etc. (Freire, 1996).

Além dos saberes supracitados, Paulo Freire (1996) ainda cita outros saberes necessários ao fazer pedagógico, como: comprometimento, bom senso, liberdade, autoridade, tomada consciente de decisões, alegria, esperança, curiosidade, escuta, segurança, reconhecimento de ser condicionado, considerando cada aluno com suas especificidades e evoluindo-os em suas capacidades corporeificação das palavras pelo exemplo, competência profissional, reconhecimento e a assunção da identidade cultural, intervenção na realidade, generosidade, humildade, tolerância e luta em defesa dos direitos dos educadores.

Toda essa multiplicidade de saberes, necessária ao trabalho docente e inclusive ao dos professores de AEE junto aos estudantes com necessidades educacionais específicas é de fundamental importância, na criação de uma reflexão crítica sobre a prática pedagógica e na construção de um processo de ensino - aprendizagem que considere cada aluno com suas especificidades e evolua-os em suas capacidades, transformando a relação de dependência em uma formação mais autônoma e cidadã. Sobre a prática reflexiva, ele afirmou: é pensando

criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (Freire, 2007, p. 39).

Romper com os paradigmas tradicionais e excludentes e com os discursos neoliberais no campo da educação, não é um exercício de apenas superar um modelo em razão de outro. É um exercício constante de reflexão sobre o quê, para quem e com que objetivos a prática pedagógica está sendo desenvolvida, sobre qual ideal de homem e sociedade se pretende ajudar a construir.

A práxis numa perspectiva crítica é orientada para o fazer pedagógico como responsabilidade social e política, a medida em que se pensa sobre a realidade apresentada e na forma de agir sobre ela. Paulo Freire (1997, p. 38) afirma, “a práxis é a reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido”.

Nesse sentido, as concepções sobre a formação de professores precisam acompanhar as mudanças das concepções de homem, de democracia, de sociedade, de escola, da função da educação, dos objetivos dos processos de ensino-aprendizagem e dos modos de colocar o estudante em contato com os objetos do conhecimento. Esta formação precisa ser pensada e desenvolvida de forma a levar o professor à conscientização de sua responsabilidade, do compromisso moral, ético e político do seu ofício, à reflexão sobre sua prática e ao desenvolvimento de competências que lhes permitam caminhar rumo a uma aprendizagem significativa, adaptada a realidade dos educandos e que seja, sobretudo, transformadora e libertadora. Assim como nos dizeres de nosso grande educador e filósofo brasileiro,

Você, eu, um sem-número de educadores sabemos todos [...] que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. [...]. Cabe a nós pôr sua força a serviço de nossos sonhos”. (Freire, 1991. p. 126).

Dessa forma, o que poderia ser utopia passa a ser a vislumbração como algo possível de ser alcançado, por meio da execução de ações que façam esse sonho ser possível de ser realizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do artigo, buscou-se aproximar os pensamentos de Paulo Freire e John Dewey sobre escola, educação e prática pedagógica ao campo da formação dos professores de AEE. Mesmo sem escritos específicos sobre o tema, esses dois autores iluminam as discussões sobre a formação desses profissionais, uma vez que trazem a ideia de educação para a libertação, da práxis reflexiva, do senso crítico, da igualdade de oportunidades, de democracia, de transformação e de participação, fazendo despertar para o fato de que tais conceitos devem estar presentes nas práticas educativas que visam concretizar as escolas numa perspectiva inclusiva.

Ao se pensar na inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial é necessário primar para que esses estudantes não tenham apenas o acesso aos espaços escolares, mas principalmente à aprendizagem, à participação e ao atendimento adequado às suas necessidades com profissionais qualificados, que saibam o que fazer, de que forma fazer, para quem fazer e com que objetivo fazer. No entanto, o que se percebe é que no Brasil, as universidades ainda não conseguem formar os professores de forma específica para a atuação na educação numa perspectiva inclusiva. Entende-se também que a formação dos professores não pode ser encerrada na formação inicial, pois a formação continuada é essencial para ampliar os conhecimentos e as condições de atender as demandas de estudantes que estão inseridos em um mundo que se transforma o tempo todo ao mesmo tempo em que os transforma também e vice-versa.

Nesse sentido, o professor deve estar sempre em um processo de formação-ação-reflexão, aliando suas experiências e vivências próprias e também as dos alunos aos conhecimentos teóricos e científicos. Assim ora a formação mudará a ação, ora a ação levará à

reflexão da formação e assim sucessivamente no processo de construção e reconstrução do fazer pedagógico.

A formação de professores de AEE também precisa estar melhor planejada e descrita nas políticas públicas educacionais de forma a considerar a multiplicidade de saberes que esses profissionais necessitam para estarem aptos de fato a trabalhar com os estudantes público – alvo da Educação Especial. Assim como um professor de Matemática é preparado para ensinar Matemática em toda a sua amplitude, esse profissional também precisa ser preparado para atender as necessidades dos alunos com necessidades educacionais específicas. Ou seja, é necessário que os conhecimentos teórico-científicos estejam alinhados com as especificidades da prática pedagógica, buscando uma formação crítica que consiga preencher as lacunas entre o que se aprende nos cursos de formação e o que se necessita de fato nas ações para uma educação inclusiva. Ofertar vaga aos alunos PAEE nas instituições de ensino, sem que se tenha uma estrutura física, curricular e pedagógica preparada para atendê-lo, não rompe por si só com o circuito da exclusão, muitas vezes apenas o mascara.

Para Dewey e Paulo Freire a educação tem o caráter social de humanizar o indivíduo e prepará-lo para a vida em sociedade e, por isso, deve ser extensiva a todos, sem exclusão de qualquer natureza e deve considerar as especificidades de cada sujeito e desenvolver suas potencialidades de forma que ele também possa se fazer um agente ativo desse processo. Nessa perspectiva, o processo educativo deve estar articulado racionalmente com o indivíduo e a sociedade promovendo o conhecimento por meio da experiência, do pensamento, da reflexão e do interesse pelo aprendizado. Essa concepção de escola (Escola Nova) contrapõe-se a um modelo de ensino baseado no modelo tradicional, que visa o repasse de conteúdos sem reflexão e envolvimento do estudante.

Os ideais de escola, educação, sociedade, desenvolvimento e transformação social, defendidos por esses dois autores estão fundamentados em uma visão de mundo mais igualitária, cidadã e democrática. O papel do professor é, portanto, mediar o processo de desenvolvimento dos educandos, prezando por um modelo de educação que almeja a humanização e a transformação do homem e da sociedade. Sendo assim, experiência, liberdade, inclusão, participação, mediação, transformação, democracia e cidadania são conceitos-chave defendidos por Dewey e Freire e devem subsidiar a formação de professores de AEE juntamente com os conteúdos específicos a atuação nessa função, a fim de que esse profissional tenha condições de exercer o seu ofício de forma crítica, inclusiva e em favor da constituição de uma sociedade com menos diferenças e com menos segregação daqueles que estão fora dos padrões ditos normais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em 03 jul. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2020**: notas estatísticas.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica**/Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto n. 7.611 de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial da União**, 2011. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em 03 jul. 2024.

DEWEY, John. **Educação e Democracia**. Apresentação e comentários: Marcus Vinícius da Cunha. Tradução: Roberto Cavallari Filho. São Paulo: Ática, 2007.

DEWEY, John. **Experiência e educação**. Tradução: Anísio Teixeira. São Paulo: Nacional, 1971.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez; 1991.

FREIRE, Paulo. **A Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 30. ed.; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.